

Condicionantes e contributos das Organizações Não Governamentais de Ambiente para a sustentabilidade do turismo em ilhas: Estudo de caso do Arquipélago dos Açores, Portugal.

Constraints and contributions of Environmental **Non-Governmental Organizations** for the **sustainability** of tourism on islands: a case study from the Azores archipelago, Portugal.

DEBORAH ESTIMA * [deborahestima@hotmail.com]

MARIA VENTURA ** [maria.am.ventura@uac.pt]

ANDRÉA RABINOVICI *** [arabinovici@unifesp.br]

FILOMENA PEDROSA FERREIRA MARTINS **** [filomena@ua.pt]

Resumo | Inserido na dinâmica da economia global, o turismo pode ser um setor estratégico para a sustentabilidade dos países, apresentando grande versatilidade e capacidade de crescimento. Sendo uma atividade que promove grandes impactos, positivos e negativos, está em permanente evolução de conceitos e práticas. Se implementada e gerida de forma responsável, pode promover sinergias de crescimento e complementaridades com outros agregados de produção local, contribuindo para atenuar as assimetrias regionais, gerar emprego, coesão social e estimular o desenvolvimento sustentável, nomeadamente em ilhas. Neste contexto, este estudo tem como objetivo analisar a atuação das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) na sustentabilidade do turismo em territórios insulares, com aplicação ao caso do arquipélago dos Açores. O intuito é demonstrar a importância de um modelo de turismo que envolva as ONGA, de forma responsável, participativa, inclusiva e ética. Optou-se como metodologia o estudo de caso, através da análise qualitativa. Deste modo, os resultados demonstram que as ONGA nos Açores possuem um importante papel na sustentabilidade do turismo, contribuindo direta e indiretamente para o desenvolvimento da atividade. Todavia, é preciso o reconhecimento deste papel por parte dos atores envolvidos no turismo, de modo a fomentar sinergias para a criação de uma

* **Mestre** em Gestão e Desenvolvimento em Turismo pela Universidade de Aveiro. **Membro** do CIBIO-Açores e do CESAM-Aveiro.

** **Doutora** em Ecologia Animal pela Universidade dos Açores. **Professora** Auxiliar no Departamento de Biologia da Universidade dos Açores. **Membro** do CIBIO-Açores.

*** **Doutora** em Ambiente e Sociedade pela UNICAMP. **Pró-Reitora** de Assuntos Estudantis e **professora** Adjunta da Universidade Federal de São Paulo. É **docente** do Mestrado Acadêmico em Análise Ambiental Integrada, Unifesp, Campus Diadema. Membro da ANPPAS e sócia fundadora da Sociedade Brasileira de Ecoturismo.

**** **Doutora** em Ciências Ambientais pela Universidade de Aveiro. **Professora** Associada no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro. Membro do CESAM-Aveiro.

rede coesa e participativa, distinguindo as singularidades do destino.

Palavras-chave | ONGA, sustentabilidade do turismo, ilhas, planeamento, Arquipélago dos Açores

Abstract | Enclosed in the dynamics of the global economy, tourism can be a strategic sector for the sustainability of the countries, presenting great versatility and capacity to grow. Being an activity that promotes great impacts, both positive and negative, it is in permanent evolution of concepts and practices. If implemented and managed wisely, it can promote growth synergies and complementarities with other local production clusters, contributing to alleviate regional asymmetries, generate employment, social cohesion and stimulate sustainable development, particularly in islands. In this context, the objective of this study is to verify and analyze the ENGO actions on the sustainability of tourism in the Azores archipelago. The aim is to demonstrate the importance of a tourism model that involves these ENGO in a responsible, participative, inclusive and ethical way. The case study methodology was chosen through qualitative analysis. In this way, the results demonstrate that the ENGO in the Azores play an important role in the sustainability of tourism, contributing directly and indirectly to the development of the activity. However, it is necessary to recognize this role by the tourism stakeholders, promoting synergies for the creation of a cohesive and participative network, distinguishing the singularities of the destiny.

Keywords | ENGO, tourism sustainability, islands, planning, Azores archipelago

1. Introdução

O desenvolvimento sustentável representa um dos maiores desafios da atualidade, devido à necessidade de conciliar a proteção dos seus ecossistemas com um desenvolvimento socioeconómico que garanta a qualidade de vida das comunidades locais e visitantes. No que respeita aos territórios insulares, são considerados laboratórios para estudos holísticos, onde a biodiversidade e os ecossistemas únicos podem promover um alto grau de inovação e empreendedorismo em várias áreas, como o turismo.

Inserida na dinâmica da economia global, a atividade turística pode ser um setor estratégico para a sustentabilidade social, económica e ambiental dos países em todo o mundo, apresentando grande versatilidade e capacidade de desenvolvimento e transformação. Sendo uma atividade que promove grandes impactos, positivos e negativos, o turismo está em permanente evolução de

conceitos e práticas. Se implementada e gerida de forma correta, pode promover sinergias de desenvolvimento e complementaridades com outros agregados de produção local, contribuindo para atenuar as assimetrias regionais, gerar emprego e coesão social e estimular a sustentabilidade.

Assim, o turismo pode ser particularmente importante para os destinos insulares emergentes que precisam analisar a melhor forma de atuar em termos de planeamento e gestão sustentáveis, face aos seus desafios e limitações. Todavia, a gestão responsável desta atividade requer colocar em prática todos os princípios da sustentabilidade (entre eles, as mais óbvias: ambiental, social e económica; mas também, as menos óbvias, tais como o viés cultural, simbólico, filosófico entre outros), envolvendo os atores locais em todas as etapas, de forma ética, participativa, inclusiva e responsável.

Neste cenário, as Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) passam a integrar a rede de atores envolvidos no turismo.

Estas organizações têm como objetivo a conservação e valorização do ambiente, mas também desenvolvem ações que podem contribuir para a sustentabilidade do turismo em ilhas, assim como criar novas tensões e conflitos. Todavia, embora existam estudos que enfatizem o papel positivo das ONGA na sustentabilidade do turismo em vários destinos mundiais, também é possível observar estudos que alertam para os impactos negativos que estas organizações podem fomentar, principalmente para a comunidade local, trazendo reflexões sobre a legitimidade e os processos participativos, bem como no que diz respeito aos conflitos socio-ambientais (Gama, 2009; Rabinovici, 2009).

Posto isto, verifica-se que o papel ocupado pelas ONGA na sustentabilidade do turismo é algo ainda pouco explícito, sendo necessários estudos que englobem várias abordagens e perspectivas. Com base nesse pressuposto, foi desenvolvido uma investigação, no âmbito do Doutoramento em Turismo, da Universidade de Aveiro, cujo objetivo geral foi conhecer e analisar o papel das ONGA na sustentabilidade do turismo nos arquipélagos dos Açores (Portugal) e de Fernando de Noronha (Brasil). Desta forma, os resultados desta investigação deram suporte ao presente estudo, cujo objetivo centra-se em conhecer e analisar o papel das ONGA na sustentabilidade do turismo nos Açores. Por conseguinte, sugere-se um modelo de operacionalização da sustentabilidade do turismo, trazendo à reflexão o papel ocupado por estas organizações, como também a forma como o turismo é pensado e gerido em contextos insulares, contribuindo para a sustentabilidade e competitividade destes destinos.

2. Contextualização teórica

O turismo é uma atividade com múltiplas relações, onde várias correntes de pensamento têm tentado tecer definições, procurando identificar as

diferentes formas de planeamento, no qual o diálogo entre os diversos integrantes do sistema é uma necessidade (Patrucco & Barretto, 2011). Diante disto, pode-se verificar que o turismo já passou por algumas fases (do lazer; do turismo de massas; e do turismo como instrumento de desenvolvimento), onde foram construídas bases científicas com modelos (racionais; sistémicos; de produto; e de gestão estratégica) e paradigmas (clássico; racional; e de mercado) relacionados com esta atividade (Costa, 2014).

Devido a importância económica, social e ambiental, o turismo tem alcançado cada vez mais espaço nas políticas públicas em todo o mundo, sendo uma das atividades com maior índice de crescimento. Neste sentido, para que o turismo possa obter resultados positivos, em todos os níveis, é preciso haver políticas públicas que estabeleçam regras e diretrizes a serem cumpridas a longo prazo, avaliando e monitorando as ações desta atividade, tendo em atenção o desenvolvimento da comunidade local, o desenvolvimento económico de todos os atores envolvidos, como também o uso sustentável do património (Silva et al., 2013).

Assim, observando os diversos exemplos de impactos negativos decorrentes da atividade turística em todo o mundo, torna-se clara a necessidade de um planeamento turístico adequado que promova um turismo de forma responsável e inovadora. Todavia, nem sempre os modelos adotados de planeamento conseguem incorporar todos as componentes do sistema turístico, tornando a sustentabilidade da atividade algo inatingível (Fazenda et al., 2008).

Neste sentido, independente do tipo de turismo que se pratica, a sustentabilidade deve ser alcançada para garantir o seu desenvolvimento a longo prazo com contributos (ambientais, sociais e económicos) para todos os envolvidos. Embora existam muitos exemplos negativos relacionados ao turismo, é possível verificar uma evolução nos conceitos, como também na sua operacionalização. E neste processo, a participação é fundamental para

legitimar essa sustentabilidade, onde as políticas públicas devem ser aceites por todos os atores envolvidos no turismo (Butler, 1999; Moniz, 2006; Swarbrooke, 1999; WTO, 2016).

Assim, embora o conceito da sustentabilidade, nomeadamente a sustentabilidade do turismo, ainda seja bastante discutido, é preciso refletir sobre como operacionalizar este conceito, criando modelos de desenvolvimento do turismo que promovam novos segmentos, que sejam participativos e, sobretudo, minimizem os impactos negativos no património e na comunidade local. Ou seja, modelos sustentáveis compatíveis com a conservação do património, o desenvolvimento económico, a equidade e a justiça social (Bursztyn, 2005; OMT, 2003; WCED, 1987; WTO, 2016).

É nesta nova forma de ver e gerir o turismo que as ONGA aparecem como atores importantes no planeamento, gestão, monitoramento e valorização. Por fazerem o elo entre Governo e comunidade local, onde a participação e democracia devem ser os pilares de todas as ações, as ONGA podem ajudar na concretização de um turismo mais responsável, inclusivo, ético e participativo (Gama, 2009; Patrucco & Barretto, 2011; Rabinovici, 2009; Ramos, 2003; Sacareno, s/d).

Todavia, é de se ter atenção à atuação das ONGA no turismo, pois nem sempre elas expressam os anseios da comunidade local, onde a participação e a cidadania são questionadas, fragilizando assim a sua representatividade e legitimidade. Para além disso, é importante estar atento aos impactos negativos que a atuação das ONGA pode promover num destino, nomeadamente a criação e/ou acirramentos dos conflitos socio-ambientais entre os atores locais envolvidos (Dias, 2008; Rabinovici, 2009).

Portanto, é fundamental que os setores público e privado, juntamente com a sociedade, trabalhem em cooperação para desenvolver de forma responsável o turismo no destino, tendo em atenção o controle dos limites ambientais e culturais, melhorando a eficácia do marketing, da produtividade e

da gestão, deste fenómeno social que é o turismo (Patrucco & Barretto, 2011).

Desta forma, promover o turismo de forma sustentável não é uma tarefa fácil, verificando-se a criação e a adaptação de novos modelos e paradigmas, direcionando as políticas públicas e fomentando novas tendências para este setor. Neste cenário, os territórios insulares possuem um grande potencial para a promoção de um turismo responsável, tendo como base a importante biodiversidade e ecossistemas existentes nestes territórios. Deste modo, a existência de áreas protegidas e o próprio isolamento das ilhas possibilitam formas de preservação e conservação do ambiente, tornando estes territórios únicos. Todavia, para estudar as ilhas, existe uma complexidade relacionada com conceitos e identidades, onde as singularidades e fragilidades direcionam as formas de desenvolvimento local (Borges et al., 2009; Diegues, 1999; Espínola et al., 2014; Silva, 2013).

3. Metodologia

A metodologia adotada se desenvolve dentro do paradigma qualitativo de investigação social, onde foi utilizada uma abordagem exploratória descritiva. Assim, o objetivo é verificar e analisar a atuação das ONGA na sustentabilidade do turismo no arquipélago dos Açores, identificando as condicionantes associadas à participação destas organizações no turismo, e os seus reais contributos. Tratando-se de um estudo de carácter exploratório, o objetivo central é refletir a complexidade do tema investigado e o grau de profundidade que se quer alcançar na recolha dos dados, onde a representatividade ou a generalização dos resultados alcançados não é a finalidade principal (Yin, 2011). Assim, a população é composta por todas as ONGA em funcionamento nos Açores (33). Tendo em atenção o tamanho reduzido do universo definido, optou-se por estudar a totalidade dos casos, não

delimitando uma amostra.

Com base na revisão da literatura e na observação da realidade a investigar, definiu-se a problemática do estudo empírico como:

Os destinos turísticos insulares são detentores de um notável património onde a conservação do ambiente e a gestão sustentável da atividade turística muitas vezes não são asseguradas pelo Governo. Entende-se que existem inúmeras condicionantes que interferem na participação das ONGA no turismo, nomeadamente a política local, a capacidade de gestão da organização e a sua compreensão sobre o papel que ocupa na conservação do ambiente e na sustentabilidade do turismo. Neste contexto, espera-se que as ONGA influenciem positivamente no planeamento e na gestão sustentável do turismo nos Açores, procurando garantir processos participativos, inclusivos, éticos e responsáveis em todas as etapas do desenvolvimento do turismo, passando a integrar a rede de atores envolvidos nesta atividade.

Os instrumentos de recolha de dados selecionados foram a entrevista com os responsáveis legais das ONGA, a observação *in loco* e a pesquisa documental. Tratando-se de um estudo de caso, a observação direta constitui um excelente recurso para a recolha de dados, onde foi realizada uma observação sistemática, participante, individual e de campo. Sendo o inquérito por entrevista uma fonte essencial de evidências, resultando numa recolha de informação mais completa, foi utilizada a entrevista semiestruturada, com perguntas previamente formuladas. No que respeita aos métodos de análise dos dados, as entrevistas foram gravadas, transcritas e sujeitas a análise de conteúdo. Os dados foram organizados de forma sistemática, onde foram criadas categorias, codificadas, filtra-

das, visualizadas e interligadas, permitindo uma análise mais completa e clara. A sistematização destes dados foi baseada na análise de conteúdos e no estudo exploratório descritivo, com recurso aos softwares Microsoft Excel e SPSS (Flick, 2009; Kastenholz et al., 2012; Marôco, 2011; Pestana & Gageiro, 2008).

4. Resultados

Localizado no Oceano Atlântico, o arquipélago dos Açores está a aproximadamente 1600 km da Europa e 4000 km da América do Norte. Formado por nove ilhas, possui uma área total de 2.333 km² e uma população em torno de 246.746 habitantes. Em 1976 o arquipélago tornou-se uma região autónoma de Portugal, com poderes legislativos e executivos próprios, dividido em três grupos: grupo ocidental (ilhas do Corvo e das Flores); grupo central (ilhas do Faial, Graciosa, Pico, São Jorge e Terceira); e grupo oriental (ilhas de São Miguel e Santa Maria) (Borges et al., 2009; Moniz, 2006; Monteiro et al., 2008).

Enquadrado como uma região ultraperiférica, o arquipélago faz parte da região biogeográfica da Macaronésia (que inclui também os arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde), e possui ecossistemas únicos, como a existência de florestas de Laurissilva e um elevado número de endemismo (Borges et al., 2009; Monteiro et al., 2008). A estrutura de gestão das áreas protegidas é feita através dos Parques Naturais de Ilha e do Parque Marinho dos Açores, e é voltada para a conservação da biodiversidade, bem como para a utilização sustentável dos recursos naturais, fomentando o turismo e o bem-estar das populações locais. Destaca-se que o arquipélago é uma das poucas regiões no mundo a possuir todas as classificações atribuída pela UNESCO: Património Mundial (2), Reserva da Biosfera (4), Geoparque (1) e Ramsar (13) (UNESCO, 2016).

Portanto, a diversidade e exuberância dos recursos naturais endógenos dos Açores, através da oferta de produtos temáticos, fomentam o desenvolvimento da atividade turística como uma das alternativas possíveis para o desenvolvimento da Região. Como reconhecimento desta importância o Governo criou bases políticas e legais através de programas, planos e investimentos (Moniz, 2006).

4.1. ONGA – Arquipélago dos Açores

De acordo com a Lei N.º35 de 1998, em seu artigo 2.º, as ONGA em Portugal estão enquadradas como:

“associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados e visem exclusivamente a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza” (Lei N.º35 de 18 de julho de 1998 da Assembleia da República, p.3474).

Nos Açores, mesmo existindo um aparato legal relacionado às ONGA, existe um certo descontrolo, por parte do Governo, onde o Cadastro Regional não traduz a realidade. Para além de ser desatualizado, não existe uma página online que forneça informações sobre as ONGA. Observou-se que algumas existem no papel, mas que na prática não conseguem ser efetivas e/ou eficientes. Assim, verifica-se que a existência de um conjunto de normas jurídicas não garante a efetivação no controlo das ONGA nos Açores.

Neste cenário, foi necessário realizar vários procedimentos para coletar as informações que culminaram na base de dados final (33 ONGA). Destaca-se que foram identificadas 5 ONGA que possuem atuação em outras ilhas do arquipélago, para além da sede principal. Neste caso, foi consi-

derado para o estudo empírico apenas a base principal, tendo sido possível realizar a entrevista com 22 organizações, ou seja, 67% da população de ONGA do arquipélago.

É importante referir que foi verificada a existência e/ou atuação de ONGA em todas as nove ilhas do arquipélago. Contudo, os dados a seguir mostrarão os resultados de apenas sete ilhas. Isto ocorre porque não foi possível recolher dados com as duas ONGA existentes na ilha do Pico, e a ONGA que desenvolve ações na ilha do Corvo possui sua base principal na ilha de São Miguel.

Portanto, de acordo com os dados obtidos no estudo empírico, observa-se que 64% das ONGA possuem uma atuação local, ou seja, apenas na ilha em que opera, 23% atuam em todo o arquipélago, 9% atuam a nível nacional e 4% na região da Macaronésia. No que respeita à sua abrangência, verifica-se que 64% possuem uma atuação específica, possuindo propósitos particulares, como por exemplo a conservação de apenas uma espécie. Os outros 36% possuem objetivos amplos, onde grande parte é a conservação e valorização do ambiente. Verifica-se também que nas ilhas que possuem mais ONGA, como Santa Maria, São Miguel e São Jorge, estas organizações possuem atuação mais específica.

Quanto às ações desenvolvidas pelas ONGA, grande parte centra a sua intervenção nos seguintes pontos: conservação e valorização do ambiente; sensibilização e educação ambiental; desenvolvimento e promoção do património local; sustentabilidade da ilha; campanhas educativas; envolvimento comunitário; fomentar parcerias; entre outros.

Todas mencionam algum tipo de limitação para desenvolverem as suas ações, destacando-se: recursos financeiros; política local e participação da população local nas atividades. Para lidar com tais limitações, informaram que procuram firmar parcerias com as câmaras e juntas de freguesia, elaborar projetos para captar recursos da comunidade europeia, vender souvenirs, etc. Salienta-se que

o Governo disponibiliza um montante financeiro às ONGA, cadastradas a nível Regional, para desenvolverem suas ações, mediante a apresentação de um plano de trabalho anual e respetivo relatório de atividades.

Com o intuito de identificar as condicionantes associadas a atuação das ONGA na sustentabilidade do turismo nos Açores, observa-se que 86% executam ações ligadas a esta atividade. Destes, 63% possuem uma atuação direta com os turistas, destacando-se: sensibilização e educação ambiental; gestão de museus, cavidades vulcânicas, centros de visitantes e observatórios; festivais culturais; entre outras. Os 23% que possuem uma atuação indireta, desenvolvem ações ligadas a legislação, ao planeamento e ao monitoramento da atividade.

Analisando os motivos que fundamentam esta atuação com o turismo, destacam-se: promover a sensibilização ambiental; divulgar o trabalho das ONGA; promover o equilíbrio entre turismo e ambiente; contribuir para a implementação de estratégias sustentáveis do turismo; criar, manter e monitorar trilhos; formar guias locais; promover a sustentabilidade da ilha; fazer parte das redes de geoparques; e preservar e promover o património e a identidade local.

Embora grande parte das ONGA desenvolvam ações ligadas ao turismo, verificou-se que apenas 45% desenvolvem projetos específicos relacionados à atividade. Ou seja, apesar de grande parte perceber que é importante desenvolver ações ligadas ao turismo, observa-se que ainda não conseguem aproveitar devidamente as mais-valias que esta atividade pode trazer para os seus objetivos estatutários, para a sustentabilidade da ilha e para a au-

tosustentabilidade da própria ONGA.

É importante assinalar a atuação da ONGA SPEA-Açores, que desenvolve ações ligadas ao turismo, onde destaca-se a obtenção do galardão “Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas - Terras do Priolo”. Esta é uma ferramenta de gestão do turismo em áreas protegidas, cujo processo compreendeu uma série de ações participativas que culminaram na construção e implementação de uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável. Esta Carta é avaliada e certificada pela Federação EUROPARC, cujos objetivos são a promoção de um turismo que concilie e integre os aspetos ambientais, sociais e culturais, com o desenvolvimento económico sustentável nas áreas protegidas. Deste modo, este é um dos exemplos que demonstram o potencial das ONGA para a sustentabilidade do turismo nos Açores.

Identificou-se que 91% das ONGA acreditam que existem vantagens em atuar com o turismo, mas 45% afirmam possuir limitações para desenvolver tais ações, destacando-se os recursos financeiros, a política local, a burocracia e os conflitos. Evidencia-se que todas afirmam que as suas ações podem auxiliar no planeamento e gestão do turismo, onde 95% declaram que geram os seguintes impactos e mudanças sociais: resgate e promoção da identidade local; conservação, gestão e monitoramento do património; envolver a comunidade no turismo (emprego); sensibilizar a comunidade e os políticos para a importância da sustentabilidade do turismo e a conservação do ambiente etc.

Quanto à participação das ONGA nos instrumentos de planeamento e gestão do turismo nos Açores, verifica-se o seguinte (Quadro 1):

Quadro 1 | Participação das ONGA em instrumentos de planeamento e gestão do turismo nos Açores.

| INSTRUMENTOS | PARTICIPOU | NÃO PARTICIPOU | NÃO SOUBE RESPONDER |
|--|------------|----------------|---------------------|
| Planos de Desenvolvimento de Turismo Sustentável | 50% | 50% | - |
| Agenda 21 local | 32% | 63% | 5% |
| Legislação sobre o uso do território para fins turísticos | 64% | 36% | - |
| Regulamento sobre o uso do património para fins turísticos | 77% | 23% | - |
| Planos de gestão de áreas protegidas e sítios arqueológicos | 77% | 23% | - |
| Determinação de controlo de capacidade de carga em locais turísticos | 32% | 64% | 4% |
| Sistemas de certificação | 23% | 73% | 4% |
| Indicadores para medir a sustentabilidade turística | 50% | 45% | 5% |

Fonte: Elaboração própria.

De entre os instrumentos em análise, é importante realçar que a Agenda 21 local ainda não foi implementada nos Açores. Embora 36% afirmem que já participaram de alguma ação relacionada a este instrumento, foram apenas reuniões pontuais onde foi abordado este tema. Relativamente aos 23% que afirmam ter participado de sistemas de certificação, isto diz respeito às nomeações conquistadas no arquipélago, referente à Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO.

Constatou-se que todas as ONGA afirmaram que, embora não seja da forma ideal, existe uma relação com o Governo através de parcerias para o desenvolvimento de campanhas de educação e sensibilização. Quanto à relação com a comunidade local, 77% confirmaram que existe relação através da participação nas ações de resgate e promoção da cultura local e de educação e sensibilização ambiental. Em relação aos turistas, verificou-se a mesma percentagem (77%). Embora se possa considerar incipiente a ligação com os turistas, foram testemunhadas a participação direta dos turistas que visitam o arquipélago em eventos culturais, e em locais geridos por estas ONGA, tais como os museus, centros interpretativos e cavidades vulcânicas.

No que respeita a relação das ONGA com o *trade* turístico local, pode-se verificar que num intervalo de 4 anos (2012-2016), as ONGA passaram a divulgar mais as suas ações, demonstrando

o potencial que possuem para serem atrativos turísticos, como por exemplo: a Gruta do Carvão (Amigos dos Açores); o Centro Ambiental do Priolo (SPEA-Açores); os Centros de Ciência (OAA e OVGA); e o Algar do Carvão e a Gruta do Natal (Os Montanheiros), etc. Essa divulgação é sobretudo feita nas redes sociais (*Facebook*) e nos postos de informações turísticos. Destaca-se uma ação de promoção do património geológico da Região, desenvolvida pelo Geoparque Açores, que é o “Passaporte Geoparque Açores”.

Embora 41% das ONGA não mensurem os seus resultados, verificou-se que 91% consideram que suas ações são participativas e 73% afirmam serem eficientes. Verificou-se também que 90% dos responsáveis das ONGA possuem conhecimento da existência de outras organizações na Região, mas apenas 18% conseguiram elencar todas as existentes na ilha onde atuam. Este resultado demonstra que a comunicação e parcerias entre as ONGA são ineficientes e/ou reduzidas, existindo pouca cooperação para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Como resultado final deste estudo, propõe-se a utilização de um modelo estratégico de desenvolvimento do turismo, fundamentado na participação das ONGA como atores importantes no planeamento, gestão e monitoramento da atividade. Como forma de subsidiar a implementação deste modelo nos Açores, segue uma análise SWOT da atuação das ONGA (Quadro 2).

Quadro 2 | Análise SWOT da atuação das ONGA na sustentabilidade do turismo nos Açores.

| FORÇAS | FRAQUEZAS |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Know-how das ONGA sobre o património. - Elevado número de ONGA, com objetivos distintos, possibilitando a promoção de produtos e serviços turísticos diversificados e atrativos. - Número de ONGA que já possuem infraestruturas para visitação turística com produtos locais. | <ul style="list-style-type: none"> - Limitadas parcerias entre as ONGA. - Processos participativos ainda pouco consolidados. - Gestão ineficiente de algumas ONGA. - Falta de equipa qualificada. - Falta de interesse dos responsáveis pelas ONGA em contribuir para a sustentabilidade do turismo. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> - Tornar-se um caso de estudo, como um território nacional que consegue operacionalizar o equilíbrio entre a conservação do ambiente e o desenvolvimento de um turismo responsável, ético, inclusivo e participativo. - Potencial do património natural existente na Região com características endémicas. - Aumento do fluxo turístico na Região. - Interesse do Governo em promover a sustentabilidade do arquipélago (ambiente e turismo). - Reconhecer o importante papel das ONGA na sustentabilidade do turismo, criando sinergias e parcerias. - Elevar o patamar de diferenciação, notoriedade e qualidade dos produtos e serviços turísticos oferecidos, em articulação com as ONGA, como forma de promover um turismo sustentável e a notoriedade do destino. - Dinamizar a atuação das ONGA, alargando o seu papel. | <ul style="list-style-type: none"> - Falta de reconhecimento e interesse do Governo Regional sobre o papel das ONGA na sustentabilidade do turismo. |

Fonte: Elaboração própria.

Estes resultados permitem afirmar que é notório o número mais elevado de pontos fortes e oportunidades, demonstrando o potencial que as ONGA possuem para implementarem o modelo estratégico de desenvolvimento do turismo.

Desta forma, de acordo com a revisão bibliográfica e com os dados obtidos no estudo empírico, observa-se que existe uma complexidade na atuação das ONGA, demonstrando que é difícil prever algo sobre estas organizações, corroborando Rabinovici (2009) que declara que avaliar a atuação das ONGA na sustentabilidade do turismo não é uma tarefa fácil. Contudo, os dados obtidos possibilitam confirmar a hipótese da investigação onde verifica-se que, as principais condicionantes que influenciam as ONGA a atuarem com o turismo, são: a política local, a capacidade de gestão da organização e a sua compreensão sobre o papel que ocupa na conservação do ambiente e na sustentabilidade do turismo. Para além disso, os dados

alcançados também demonstram que, embora de forma parcial, as ONGA conseguem influenciar positivamente no planeamento, na gestão e no monitoramento, do turismo nos Açores.

5. Conclusão

O presente estudo traz reflexões sobre a importância da sustentabilidade do turismo, nomeadamente em ilhas, onde se destaca a necessidade de planeamento e gestão adequados, onde as ONGA passam a ocupar um lugar de destaque, fomentando um turismo mais ético, inclusivo, participativo e responsável. Desta forma, os resultados demonstram que a política local e a forma como os gestores das ONGA percebem a importância da atuação da organização, direcionam o papel que estas organizações ocupam na conservação e valorização do ambiente, assim como na sustenta-

bilidade do turismo em ilhas. Todavia, é difícil generalizar estes resultados para outros destinos insulares, corroborando com a literatura estudada, onde as condicionantes para esta atuação são asseguradas de acordo com a realidade vivida em cada território.

Respetivamente ao papel ocupado pelas ONGA no turismo nos Açores observou-se que algumas ainda possuem uma postura, de certa forma passiva, existindo um certo desconhecimento e falta de valorização e controle por parte do Governo. Contudo, embora algumas estejam relativamente consolidadas e contribuam para a sustentabilidade do turismo no arquipélago, a atuação de grande parte ainda é pontual, dependente de recursos advindos do Governo, não conseguindo obter resultados significados para serem consideradas efetivas. Também é de extrema importância refletir sobre os processos participativos que devem legitimar estas organizações. E para modificar esta realidade, é necessário estarem cientes da importância da sua atuação, possuírem interesse e sobretudo estarem preparados, para assumirem este papel e suas responsabilidades.

Conclui-se, através da análise SWOT realizada, relativamente à proposta de modelo estratégico de desenvolvimento do turismo para os Açores, que existe um grande potencial para as ONGA contribuírem para a sustentabilidade desta atividade. E neste sentido, é possível direcionar alguns desafios a serem ultrapassados, como também ações estratégicas a implementar, tais como:

- Existir um controle mais eficiente do funcionamento e gestão das ONGA como forma de criar sinergias e auxiliar no funcionamento destas organizações.
 - Promover formações sobre associativismo, mecanismos participativos, conservação do ambiente e sustentabilidade do turismo.
 - Fomentar acordos que visem a contratação de funcionários e voluntários nas ONGA.
 - Sensibilizar o Governo, ONGA, trade turístico e comunidade local sobre a importância das ONGA na sustentabilidade do turismo.
 - Articular e fomentar parcerias entre as ONGA, com o Governo e o *trade* turístico.
- Isto posto, é possível verificar que os desafios estratégicos elencados são exequíveis, onde os fatores-chaves estão no reconhecimento da importância das ONGA por parte do Governo e dos gestores destas organizações. Para além disso, é necessária uma preparação adequada dos gestores para administrarem de forma correta estas organizações e, sobretudo, na decisão dos mesmos em assumirem este papel, direcionando os Açores como um destino turístico único, de experiências memoráveis, participativas e inclusivas.

Referências

- Borges, P. A. V., Azevedo, E. B., Borba, A., Dinis, F. O., Gabril, R., & Silva, E. (2009). Ilhas Oceânicas. In H. M. Pereira, T. Domingos, & L. Vicente (Eds.), *Ecossistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment* (pp. 461-508). Lisboa: Escolar Editora.
- Bursztyn, I. (2005). *Políticas públicas de turismo visando a inclusão social*. Master's thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.
- Costa, C. (2014). Gestão Estratégica do Turismo: Evolução epistemológica dos modelos e paradigmas, e tendências para o futuro. In C. Costa, F. Brandão, R. Costa, & Z. Breda (Eds.). *Turismo nos países lusófonos: conhecimento, estratégia e territórios* Vol.1 (pp. 19-40). Lisboa: Escolar Editora.
- Dias, R. (2008). *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Diegues, A. C. (1999). *Sociedades Insulares e Biodiversidade*. NUPAUB-USP. Acedido em 10 julho de 2016, em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Marajo.pdf>
- Espínola, P. & Cravidão, F. (2014). A ciência das ilhas e os estudos insulares: Breves reflexões sobre o contributo da geografia. *Sociedade & Natureza*, 26(3), 433-444. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320140303>

- Flick, U. (2009). *Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Gama, G. L. G. (2009). A Atuação das ONGs no Fomento do Turismo: Um Estudo de Caso na Cidade Angra dos Reis. *VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo* (Ata de congresso, Setembro 11-11, pp. 1-12). São Paulo.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Kastenholz, E., Lima, J. & Sousa, A. J. (2012) *A metodologia qualitativa no estudo da experiência turística em contexto rural: o caso do Projeto ORTE*. GOVCOOP Tourism Working Paper No.1/2012
- Lei Nº35 de 18 de julho de 1998 da Assembleia da República. *Diário da República*. I Série A. Nº164. Portugal.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 5ª Ed. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Moniz, A. (2006). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores*. PhD tesis, Universidade dos Açores, São Miguel.
- Monteiro, R., Furtado, S., Rocha, M., Freitas, M., Medeiros, R., & Cruz, J. V. (2008). *O ordenamento do território nos Açores: Políticas e instrumentos*. Ponta Delgada: Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos. Acedido em 15 de julho de 2016, em http://servicos.srrn.azores.gov.pt/grastore/DRA/Livro_Ordenamento_Territorio_Acores.pdf
- OMT - Organização Mundial de Turismo. (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman.
- Patrucco, L. G., & Barretto, M. (2011). O terceiro setor no Turismo: o caso da Câmara de Turismo de Rio Grande do Sul (Brasil). *Revista Turismo em Análise*, 22(2), 294-321. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i2p294-321>
- Pestana, M. H., & Gageiro, J.N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*. 5ª Ed. Lisboa: Sílabo.
- Rabinovici, A. (2009) *Organizações Não Governamentais e Turismo Sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos*. PhD tesis, Universidade Estadual de Campinas, SP
- Ramos, G. C. (2003). Terceiro setor: a construção de uma economia da solidariedade. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 2(1), 105-112. Acedido em 15 de julho 2016, em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/26668/terceiro-setor-a-construcao-de-uma-economia-da-solidariedade>
- Saraceno, D. V. S. (s/d). *O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local*. Fundação Getulio Vargas – (FGV). Acedido em 10 de julho de 2016, em http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/1006201111163906_Artigo_01.pdf
- Silva, F. S., Costa, R., & Carvalho, C. M. B. (2013). Políticas Públicas de Turismo no Brasil: Estratégias para administração da atividade no país. *Anais do X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT*, Rio de Janeiro. Acedido em 13 de julho de 2016, em <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>
- SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores. (2014). *Anuário Estatístico 2013*. Região Autónoma dos Açores. Serviço Regional de Estatística dos Açores: Açores. Acedido em 2016, em <http://estatistica.azores.gov.pt/up1/%7B4e7eb4e9-7669-4ed4-8ead-05cf09d49272%7D.pdf>
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable Tourism Management*. Wallingford: CAB International.
- UNESCO - The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2016). *The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Acedido em 20 de julho de 2016, em <http://en.unesco.org/>
- Vaz Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, métodos e técnicas*. (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Yin, R. K. (2011). *Qualitative research from start to finish*. New York: The Guilford Press.
- WCED - World Commission on Environment and Development. (1987). *Our Common Future*. Oxford/New York: Oxford University Press. Retrieved from <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>
- WTO - World Tourism Organization. (2016). *Compilation of UNWTO Declarations, 1980 – 2015*. Madrid: UNWTO.